

TÍTULO:

CARIRI E TARAIRIÚ: TAPUIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA.

***Juvandi de Souza Santos**

****Allysson Allan Farias**

1. INTRODUÇÃO:

1.1. OBJETO DE ESTUDO:

O principal foco de nossa pesquisa vem sendo o de estudarmos as culturas tapuias no interior da Paraíba no período do pré e pós-contato. Como inexistem até o momento estudos que mostrem o perfil cultural que identifique os grupos tapuias que habitaram a Paraíba (Cariri e Tarairiú), como também suas formas de reações. A nossa meta principal é a de buscar os elementos de apresentações desses grupos, através da literatura e documentos diversos, como também através de pesquisas arqueológicas (resgate da cultura material) servindo para identificá-los e localizá-los enquanto etnias heterogêneas que viveram na Paraíba. Sendo de fundamental importância a análise dos fatores que teriam contribuído para a extinção dos mesmos no território paraibano, bem como suas prováveis tentativas de resistência.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA:

De acordo com Cunha (2002: 382), consideram-se índios tapuias aqueles “não-tupi” que originalmente dominava áreas do litoral e que no bojo da conquista dos tupis foram expulsos e passaram a se abrigar no interior. Alguns autores chamam de Cariri os tapuias em geral: (FREITAS, 2003); (JOFFILY, 1977); (MEDEIROS, 1950a) etc., criando uma espécie de tapuia genérico para todo o interior.

As pesquisas na Paraíba que visam estudar esses agrupamentos culturais têm sido relegadas a segundo plano, sendo mostrada muito superficialmente a história e o contributo social, cultural, econômico e ambiental dos tapuias no processo de formação do povo paraibano. O comum é encontrarmos relatos de viajantes, cronistas, missionários e bandeirantes que mostram a sua visão e versão dos fatos, sendo que praticamente inexistente uma história dos índios tapuias contada por eles e/ou por seus descendentes na Paraíba (antes da extinção total), o que limitou esse conhecimento a uma mera ação descritiva, vista pela ótica dos colonizadores. São nestes poucos

*Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Doutorando em História/Arqueologia – PUC/RS;

**Aluno de Biologia – UEPB.
Projeto financiado pela UEPB.

momentos que aparecem, às vezes de forma distorcida, a história dos índios. Inexistem elementos culturais definidos para que se possa traçar um perfil do horizonte cultural desses grupos, afirmando ou não o que seria Cariri e Tarairiú na Paraíba, suas formas de reações frente à colonização e o que realmente os teria levado à extinção total no âmbito da Paraíba, já que não mais existem tais grupos dentro das fronteiras territoriais do Estado.

Anne-Marie Pessis (2003: 23) afirma que é preciso, acima de tudo, “recuperar a verdadeira imagem dos grupos étnicos que habitavam o Nordeste do Brasil”, o que se constitui em um “desafio ao qual se responde em tempo gradativo, interagindo cada dado e cada relação em um quebra-cabeça milenar. É, sobretudo, uma dádiva que se honra com a história indígena”. Isto só demonstra a importância do nosso trabalho, pois visamos esse resgate de culturas extintas há muito tempo no interior da Paraíba, até porque os colonizadores impunham aos índios tapuias apenas dois caminhos a seguir: o aldeamento e a submissão ou o extermínio nas guerras justas. Ambas as formas levaram à extinção dos indígenas na Paraíba, sobrevivendo apenas alguns traços indelévels na cultura paraibana contemporânea e alguns poucos remanescentes Tupi.

Já a partir de 1565, a Mesa de Consciência e Ordens, reunida em Lisboa, restringia o “direito” de se cativar somente índios aprisionados em guerras justas e estabelecia que fossem livres os índios submetidos pacificamente aos agentes colonizadores. Tem início o processo de aculturação, de caboclicização e o extermínio desses povos, além da constante perda de seus traços culturais, ao ponto que atualmente esses traços são quase imperceptíveis na população interiorana do Estado.

Niède Guidon, prefaciando a obra *Imagens da Pré-história*, de Anne-Marie Pessis, é contundente com relação à ação devastadora do contato índio/colonizador, o que acabou por levar ao que Guidon chamou de “deliberado desconhecimento das culturas indígenas pelos novos donos da terra” (PESSIS, 2003: 12).

O processo de depopulação foi tão intenso que atualmente pouco se sabe dos locais em que esses índios foram aldeados, depois de descidos de seu habitat natural. Apenas têm-se vagas idéias de possíveis locais, relatados pela literatura ou identificados por restos materiais arqueológicos que afloram do solo em pontos do interior. Quantas e quais as missões que os aldearam? Quais os destinos tomados por estes grupos humanos? Qual o modo de vida? Quais seus sistemas de apresentações, que os identificariam enquanto grupos culturais distintos? Quais suas formas de reagir? Estes são questionamentos que precisam ser averiguados e respondidos, sendo parte de nossa

problematização. Acredita-se que o processo de depopulação e realocação dos índios do interior era preciso para que se pudesse efetivar o povoamento colonial, com atividades voltadas à exportação. Foi assim que se efetivaram os descimentos, as guerras justas, o incentivo aos conflitos interétnicos, as alianças etc., levando a descaracterização e por fim a extinção desses grupos no nosso Estado.

Os extintos índios que habitaram os sertões da Paraíba na época do contato necessariamente não são aqueles descendentes diretos dos povos que habitaram a região em tempos pré-históricos, pois, como muito bem alerta Martin (2005: 32), “aconteceram inúmeras migrações voluntárias ou não desde a pré-história até os três primeiros séculos da colonização”. Essas migrações ocorreram ora naturalmente, ora impostas pelos colonizadores, daí a necessidade de se rever inclusive a localização geográfica desses grupos. Acreditamos que as sondagens arqueológicas nos proporcionarão essa (re) localização, à medida que passaremos a traçar o horizonte cultural de cada grupo, servindo também para caracterizá-los geograficamente de acordo com os seus materiais de uso cotidiano. No geral, sempre houve certa confusão para se identificar os tapuias em nosso Estado, acreditando-se que os Tarairiú eram uma sub-divisão Cariri e não uma etnia com traços culturais diferentes (SALVADOR, 1938).

Nesse sentido, é importante estudar as políticas indigenistas do país até o século XIX e a documentação existente sobre a temática nos dá subsídios para que possamos compreender todo o processo de depopulação e desaparecimento desses grupos. Antes, porém, faz-se necessário que se prove a existência desses dois grupos tapuias (Cariri e Tarairiú) na Paraíba, bem como a localização das principais aldeias e vilas, áreas de atuação de cada um e o contributo Etno-histórico para a Paraíba, já que as informações disponíveis atualmente são incertas, inconclusas e pouco confiáveis.

A Arqueologia também nos proporciona subsídios para este fim, pois acreditamos que sondagens feitas em locais que serviram de aldeamentos dos tapuias poderão nos fornecer subsídios materiais para a comprovação do seu modo de vida e habitat, se houve reação ou não a tentativa de submetê-los ao modelo europeu, etc. além de comparar os dados obtidos na Paraíba com os já resgatados em outras regiões do Nordeste do Brasil, sejam eles dados materiais resgatados em sítios ou dados históricos, resgatados nos documentos que atestam à existência e a passagem desses grupos pelo Nordeste. Os relatos históricos são fundamentais no processo de reconstrução de uma época ou de uma etnia. Menezes (2005) assim fez no processo de (re) construção da

história da residência de Maurício de Nassau no Recife, obtendo resultados surpreendentes.

Na medida em que os dados arqueológicos apresentarem muito mais semelhanças do que diferenças quanto aos vestígios coloniais e/ou mais recentes das nações indígenas estudadas, estaremos encontrando a relação histórica, fazendo a ligação entre o passado e o presente, traçando o perfil cultural desses grupos tapuias que habitaram a Paraíba na época pré e pós-contato, buscando suas formas de reação durante certo período do envolvimento índio/colonizador, antes que os primeiros fossem extintos. Os prováveis restos materiais que possam ser encontrados nas sondagens responderão questionamentos ainda não elucidados pela literatura sobre os tapuias e que servirão para mostrar seus horizontes culturais.

Faz-se necessário, nas palavras de Cunha (2002: 20), “fazer uma história propriamente indígena dos tapuias”, levá-los a ter “uma identidade e ter uma memória própria”, mesmo que extintos no território paraibano, pois recuperar a história dos Cariri e Tarairiú é um direito fundamental dessas sociedades que deram a sua contribuição ao processo de formação da Paraíba, além de ser um direito da sociedade paraibana contemporânea, já que recebemos uma carga étnica, cultural, social, política e ambiental intensa, pois a visão indígena sobre os fatos que culminaram com seu próprio extermínio é inexistente.

Objetivando entender o processo que culminou com o desaparecimento da cultura tapuia do interior do Estado, os motivos que levaram os índios da época do contato a lutar contra os colonizadores foram, em especial, o combate à tentativa dos colonizadores de lhes tirar o direito à liberdade, de submetê-los à servidão e a pressão. Nesse sentido, “Numerosos foram os grupos que lutaram até a extinção” (PESSIS, 2003: 19). É também nosso objetivo analisar a importância e a influência das relações tapuias/colonizadores na formação do povo paraibano. Para tanto, faz-se necessária uma abrangência de um tempo histórico de longa duração, isto é, dos primórdios da ocupação, criação e colonização definitiva da Paraíba até o final da fase imperial, pois foi nesse período que se desenrolou todo o processo intenso de depopulação, aldeamento e extermínio dos grupos dos sertões, restando, atualmente, descendentes apenas dos tupis no Estado.

Partindo dessas premissas, a pesquisa (em andamento) tem como foco geográfico os sertões da Paraíba. Segundo Clerot (1969), entende-se por sertões a área interiorana, variando no espaço a delimitação e distância do litoral na época colonial. O

foco de tempo a ser estudado será o intervalo temporal compreendido entre os séculos XVI (e anterior) e o XIX, porque datam desse período os primeiros registros sobre a existência, contatos e processos diversos de dominação e aculturação dos tapuias nos sertões, como também a criação dos primeiros aldeamentos e vilas. No século XIX, tem-se notícia, principalmente em registros de censos, da persistência de índios juntos ao restante das populações locais, como também do processo que em vários casos teriam contribuído para o “desaparecimento” desses remanescentes, seja através da caboclicização, da guerra ou através do processo de branqueamento da população, imposto pelo domínio luso, já observado em registros de assentamentos de batismo, casamento e óbito em municípios do interior. A Arqueologia (sondagens) nos fornece os subsídios necessários para entendermos como se deram os contatos desses grupos com os colonizadores na região, fornecendo informações mais precisas sobre as formas de domínio, aculturação, destruição dessas culturas e tentativas de resistências mediante a imposição do colonizador europeu de sua cultura. Além disso, este cabedal nos servirá de subsídio para traçarmos um perfil cultural de cada grupo, distinguindo-os ou não enquanto povos diferentes, comprovando assim uma de nossas hipóteses: a de terem existido dois grupos tapuias distintos na Paraíba: os Cariri e os Tarairiú.

2. OBJETIVOS:

1. Traçar o perfil cultural dos tapuias Cariri e Tarairiú, através de realização de sondagens arqueológicas e análise documental e da literatura, em áreas já pré-estabelecidas que serviram de prováveis aldeamentos do período pós-contato, mostrando os horizontes culturais dos mesmos no interior do Estado da Paraíba, como também o processo de interferência européia na sua cultura;
2. Realizar quatro sondagens arqueológicas em locais previamente visitados e já identificados como possíveis locais de aldeamentos pós-contato dos tapuias Cariri e Tarairiú na Paraíba, com a finalidade de, através de possíveis resgates materiais, traçar o perfil cultural de cada grupo e identificar o grau de interferência européia entre esses agrupamentos humanos;
3. Entender o modo de vida desses grupos humanos do período de pré e pós-contato, através do resgate material realizado com as sondagens arqueológicas e análise dos documentos diversos existentes;
4. Contrastar os dados bibliográficos documentais existentes do período pós-contato com os dados materiais oriundos das respectivas sondagens arqueológicas, para

entendermos os motivos e o processo de aculturação e extinção desses grupos, bem como estabelecer o perfil cultural de cada um;

5. Recuperar o patrimônio histórico-cultural milenar do índio através do resgate material de seus objetos de uso cotidiano.

3. JUSTIFICATIVA:

Desde o primeiro instante em que os colonizadores penetraram no território brasileiro, deu-se início a um processo que culminou com o desaparecimento de parte bastante significativa dos grupos humanos que habitavam o território.

Já no século XVI, relatava-se o processo de extinção a que inúmeros grupos étnicos foram submetidos. Os métodos utilizados no processo de extermínio humano e cultural foram vários, e foi o frade capuchinho Frescarolo que citou alguns: atirar, chumbar, acutilar, espancar, matar... Sem contar que as descidas e os aldeamentos forçados também serviram para acelerar o processo de extinção, principalmente no caso da Paraíba daqueles grupos que viviam no interior, ou seja, nos sertões.

As invasões sertanistas de contato, o recolhimento dos índios, o processo intenso de aculturação, o casamento à moda européia, o processo de branqueamento, o cumprimento das leis européias, o fim das guerras tribais, dentre outras características são vistos como formas também de extermínio, a ponto de não se conhecer atualmente o perfil cultural que identifica os Cariri e Tarairiú na Paraíba, ou seja, o que cada grupo realizava que materiais usavam, o que e como faziam seus utensílios. O extermínio foi rápido e intenso, não dando oportunidade para que os cronistas sequer tivessem tempo de fazer esses relatos. Hoje, o que se sabe desses grupos étnicos é quase nada; daí advém a grande importância do nosso trabalho.

Houveram reações por parte dos índios que eram submetidos à servidão, ao descimento forçado, ao aldeamento? Existiram de fato duas etnias tapuias na Paraíba? Como identificá-los? São perguntas difíceis de serem respondidas na Paraíba, mas necessárias de se buscarem as respostas, pois a história desses povos ainda está para ser contada, e tem sido nossa pretensão assim proceder, seja através do resgate documental e literário, seja através dos vestígios arqueológicos identificados em sítios que marcam a presença e a existência desses grupos étnicos no território paraibano.

Portanto, traçar o perfil cultural, ou seja, identificar e mostrar os perfis culturais ou existentes entre os grupos tapuias que habitavam a Paraíba no pré e pós-contato, como também mostrar suas formas de resistência e os processos que os levou ao

desaparecimento, em definitivo do nosso território, acaba por se tornar primordial como forma de entendermos a própria estrutura bastante heterogênea da sociedade paraibana contemporânea. Acreditamos que os resultados de nossas pesquisas venham a contribuir com a historiografia regional, pois quase nada foi escrito sobre as formas de apresentação cultural desses dois grupos étnicos, reações etc. com que pretendemos trabalhar. Acreditamos, portanto, que os resgates propostos também servirão para subsidiar novas pesquisas que enfoquem a temática indígena na região.

4. QUADRO TEÓRICO:

Sabe-se que a revisão da literatura é o levantamento das principais publicações mais relevantes na área que serve de base à investigação do trabalho proposto. Portanto, não é uma simples transcrição de pequenos textos, mas sim um aprofundamento substancial das idéias, dos fundamentos, dos problemas, hipóteses e sugestões dos vários autores e também documentos e fontes literárias diversas selecionadas que enfoquem nosso objeto de pesquisa. Portanto, faz-se necessário, acima de tudo, que se tenha conhecimento das várias fontes documentais disponíveis. Sendo assim, a revisão da literatura visa ressaltar a interpretação dos resultados.

Assim sendo, resolvemos dividir este texto em duas partes: na primeira, faremos uma breve revisão literária sobre a questão índia, descimento, extermínio etc. na visão principalmente de alguns cronistas; no segundo momento, de forma sucinta, discutiremos algumas fontes documentais que consideramos essenciais para o desenvolvimento das futuras pesquisas. Com relação às atividades arqueológicas, a bibliografia básica a ser utilizada será basicamente aquelas contidas nas referências deste projeto e já explicitadas anteriormente.

Começaremos nossa breve revisão com um questionamento de Santos (2006, p. 69): “Como viviam os agrupamentos humanos que habitavam o território brasileiro e, por conseguinte, a Paraíba pré-histórica e nos primeiros momentos da colonização?”. Responder a tal indagação é difícil, pois praticamente inexistem documentos, sejam eles literários e/ou provas materiais arqueológicas que sirvam para explicar essa fase da nossa história de forma mais satisfatória, principalmente através da ótica dos vencidos, ou seja, dos índios.

Foi Elias Borges (1993) quem melhor tentou distinguir a existência de grupos étnicos diferentes na Paraíba na época do contato: tupi, na área do litoral, e tapuias (Cariri e Tarairiú, nos sertões, ou seja, em toda a região do interior).

Mas talvez tenha sido Elias Heckmans (1985), em sua importante obra *Descrição geral da Capitania da Paraíba*, quem melhor tentou descrever os tapuias da Paraíba na época do domínio holandês (século XVII), mostrando pormenores desses grupos étnicos, desmistificando a tese da existência de um único grupo tapuias na Paraíba, como atestaram tantos pesquisadores citados no corpo deste projeto.

Segundo o pensamento e a linha de Elias Heckmans, que advoga a existência de grupos étnicos diferentes na Paraíba, citamos ainda Leon Clerot (1969), considerado um dos grandes coreógrafos da Paraíba. Ele vê diferenças culturais entre os tapuias que habitavam o território da Paraíba.

Já Estevão Pinto, autor da célebre obra *Os indígenas do Nordeste*, também trabalhou com essa tese, inclusive mostrando e desmistificando a idéia de puro atraso dos povos pré e pós-contato:

As povoações pré-cabralinas não eram todas primitivas e nômades, como se pensa, mas algumas já apresentavam um conhecimento organizacional não tão complexo quanto os das civilizações dos Maias, Incas e Astecas, não sendo portanto, povos muito simples como descrevera Caminha em sua carta... (PINTO, 1935: 37).

Claro que as comparações que são feitas com os índios, mostrando-os como seriam atrasados, selvagens etc., são comparações pautadas no modelo europeu, na época tido como o mais correto e digno de ser imitado.

Lamentavelmente, os costumes, os hábitos, as línguas, enfim, a essência do índio foi aniquilada, e aqueles que colonizaram o território foram impelidos a outorgar aos índios esse processo de descaracterização.

De forma clara, Jacupé (1998: 4) comenta que:

Em essência, o índio é um ser humano que tem e desenvolveu sua cultura e civilização intimamente ligada à natureza. A partir dela elaborou tecnologia, teologias, cosmologias, sociedades que nasceram e desenvolveram experiências, vivências e interação com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as respectivas vidas dos reinos animal, mineral e vegetal.

O modo de vida desses povos fazia parte de um sistema de vida não agressivo, no qual prevalecia o bom relacionamento com o meio ambiente, pois eles sabiam que era desse meio que retiravam tudo para a sua subsistência.

Mariano Neto (1999), na obra *Ecologia e imaginário nos Cariris Velhos da Paraíba*, de forma simples, mostra-nos a intimidade do homem sertanejo contemporâneo com o seu passado, pois estes homens conseguem se ver como descendentes diretos dos primeiros habitantes da região, que não são o colonizador europeu, mas sim o índio. Foi analisando esse legado que Odilon (2000) afirmou que a

cultura índia venceu, prevaleceu sobre a cultura branca européia: são nomes de acidentes geográficos, frutas, árvores, animais, nomes próprios, etc., que conseguiram sobreviver à tentativa total de extermínio.

Sem dúvida, o contato índio/colonizador foi terrível para os primeiros.

Foi Ambrósio Brandão (1966) quem talvez primeiramente tenha observado que o contato com o homem branco descaracterizou a vida do gentio. O autor afirma que nos primeiros tempos do contato os índios andavam nus, mas em contato com os missionários que os aldearam, passaram a usar roupas, foram proibidos de praticar seus rituais sagrados, de fumar dentro das aldeias (reduções). Claro que o gentio reagiu a tudo isso: guerras, desobediências, fugas, assassinatos, teimosia etc. foram constantes. Alguns achados arqueológicos, como, por exemplo, cachimbos, são provas que nem sempre os missionários tinham êxito nas tentativas de redimi-los à cultura europeia.

No geral, os cronistas viam os índios como selvagens. Alguns grupos, como os Tarairiú, praticavam, por exemplo, o endocanibalismo, motivando os colonizadores a vê-los como seres bestiais e, portanto, passivos de serem transformados em escravos, ou então quando reagiam aos descimentos e à limpa de suas terras, fazia-se a guerra justa, que era a guerra de extermínio.

A forma de vida dos índios da Paraíba na época do contato foi, até o momento, pouco estudada e divulgada.

Com relação àqueles grupos que habitavam o litoral e suas proximidades, existem alguns relatos dos cronistas, como o de Angyone Costa (1938) com relação aos agrupamentos humanos do interior. Os relatos são poucos, inconclusos e não merecem muita credibilidade, justamente por falta de dados materiais que venham a corroborar a literatura. Daí advém a grande importância do nosso trabalho, pois é objetivo nosso fazer esse contraponto, dados materiais arqueológicos e literatura com o nobre objetivo de assim traçarmos um perfil de cada grupo tapuia que habitou a Paraíba em tempos passados.

As informações trazidas por Angyone Costa são generalizadas para todos os tapuias, como se estes grupos étnicos diferentes tivessem os mesmos traços culturais. Com relação aos Tupi, já se sabe que na época do contato haviam adotado algumas características “civilizacionais”, na visão do europeu: sandálias, tangas, tipóias, pinturas de penas sobre pássaros vivos, etc. (SANTOS, 2006: 80).

Mas com relação aos tapuias do interior, que novas características culturais adotaram ou não do colonizador, só com o resgate, através das sondagens que nos propomos a realizar, é que teremos condições básicas de chegar a algumas conclusões.

Almeida (1977) afirma que vários cronistas e viajantes escreveram sobre os tapuias, mas nenhum foi tão preciso quanto Elias Herckmans, que inclusive teve os tapuias Tarairiú como seus aliados, usando-os ora no combate contra seus inimigos, ora como mateiros em busca de minas e outras riquezas dos sertões da Paraíba.

Uma obra bastante significativa que poderá nos fornecer dados importantes sobre as características do grupo tapuia Cariri é a *Pequena história da Paraíba*, de Monteiro (1980). Nela, a autora cita os principais traços culturais (sítios de passagem, extermínio, herança etc.) desse grupo que, sem dúvida, nos fornecerá importantes subsídios para que possamos traçar o perfil cultural dos tapuias.

Celso Mariz (1980), outro importante pesquisador da cultura pretérita da Paraíba, acabou seguindo o modelo visionário europeu e enxergando os índios, em especial os tapuias, como selvagens e rudes. Mas isso não tira a importância das várias obras deste autor como fonte primordial para nossas pesquisas.

No geral, os poucos locais existentes na Paraíba possíveis de nos fornecer maiores subsídios para compreendermos o *modus* de vida dessas etnias vêm sofrendo forte depredação, em especial a antrópica, o que justifica a necessidade e a importância de nossas pesquisas, pois com a rapidez que se processa a destruição de possíveis aldeamentos, de cemitérios etc., e da escassez de estudos e datações coloca em risco o resgate da história desses povos, como atestam os meios de comunicação e alguns relatos literários que enfocam a problemática (SANTOS, 2006). Urge que se escreva, o mais rápido possível, uma história indígena da Paraíba.

Os relatos mais antigos escritos por viajantes, missionários e cronistas sobre aqueles grupos humanos que habitavam o Brasil e, por conseguinte, a Paraíba, aos quais genericamente chamamos de índios, aborda quase sempre os “horrores” que esses povos cometiam contra os brancos colonizadores (invasores).

Estevão Pinto (1935) chega a citar documentos escritos de Américo Vespúcio, Pero Lopez do Sousa e outros que narram às atrocidades, o canibalismo e outros atos tidos como bizarros. É esta a visão que a literatura dita “oficial” nos passou. As vítimas, segundo este ponto de vista, foram os colonizadores e não os índios. Assim, criou-se o mito do índio bestializado, comedor de carne humana, portanto, necessitando ser domado, civilizado ou extinto.

Castro (1970: 17) resume de maneira geral e clássica a visão que se tinha dos índios do Brasil no período do contato:

Não chegaram a constituir uma civilização, como você já percebeu. Sua cultura é da Idade da Pedra. Não inventaram a escrita, nem sabiam fundir os metais. Não obstante, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, deixaram os numerosos testemunhos de sua vida.

Outros cronistas de suma importância para o nosso estudo também forneceram importantes fatos acerca dos nossos índios, em especial aqueles que serão foco de nossas pesquisas: Gândavo, que escreveu sobre os índios do período do início da colonização, culpa os próprios índios por sua matança por parte dos portugueses, que só teria ocorrido em virtude da resistência à colonização.

Bueno (1998: 102), analisando os pormenores da Carta de Pero Vaz de Caminha, afirma que os índios foram vistos, inclusive por outros cronistas, “como livres, mas sem fé, sem leis e sem rei”.

Sanada (1999), analisando o primeiro contato que os portugueses tiveram com os índios, aponta que, desde o princípio, os indígenas foram pacíficos e cordiais, aceitando esse contato de forma natural. E foi por esta “cordialidade” que os índios da época do contato foram usados pelos colonizadores. Claro que, neste ínterim, houve também aceitação por parte dos índios, pois a literatura nos mostra que acordos entre índio/colonizador foram freqüentes.

Os relatos dos missionários religiosos foram os mais diversos possíveis sobre os índios. O jesuíta irlandês Ricardo Fleckno, em visita ao Brasil no século XVII, afirmava que os índios eram como os asnos, dolentes e fleumáticos, sendo aproveitados somente para o trabalho e a servidão.

A quantidade de cronistas, viajantes e missionários que escreveram sobre os índios do Brasil do período do contato até o século XIX, época que pretendemos estudar, abordando pontos diversos sobre o tema, é extensa, daí a necessidade de prepararmos uma lista com os principais cronistas que escreveram sobre o nosso tema. Como é objetivo nosso fazer o contraponto entre os dados arqueológicos e os relatos dos cronistas, achamos pertinente acrescentar a esta pequena revisão uma lista com os cronistas que iremos abordar em nossa pesquisa. Os cronistas, de uma forma geral, poderão fornecer-nos importantes subsídios para que possamos, juntamente com as pretensas respostas obtidas com as sondagens e análise de documentos diversos, traçar o perfil dos grupos tapuias que viveram na Paraíba.

Com relação à documentação diversa da qual estamos fazendo uso, dois documentos merecem destaque: o Sumário das Armadas e os Arquivos Ultramarinos, essenciais para que possamos realizar um levantamento minucioso sobre o processo de colonização da Paraíba. Também serão analisados outros documentos que servirão de subsídios para entendermos o processo de dominação/aliança/descimento dos índios. No geral, os documentos existentes sobre os povos indígenas contatados permitem observar como os índios se comportaram diante das diferentes conjunturas de contato.

Arquivos públicos, a exemplo do Pernambucano, Fundação Casa José Américo, Arquivo Nacional, dentre outros, serão importantes locais que, por guardarem documentos valiosíssimos que enfocam a nossa temática e que mostram até certo ponto as relações de poder que prevalece nesse período, como também legislação indigenista, a Sinopse das Sesmarias que faz alusão aos índios etc. servirão para a localização geográfica e, portanto, para identificarmos de forma mais concreta os aldeamentos.

No geral, a arqueologia vem fornecendo subsídios importantes para a nossa pesquisa. Artigos diversos da Revista *Clio* – série arqueológica, em especial aqueles trabalhados por Ricardo Pinto de Medeiros que há muito vem trabalhando a questão indígena no Nordeste do Brasil no período do contato, servir-nos-ão como importante fonte de pesquisa para elucidarmos o que ainda está obscuro sobre os tapuias da Paraíba.

Pesquisadores que vêm nos últimos tempos desenvolvendo pesquisas e publicando resultados sobre a nossa temática, serão importantes fontes de pesquisas. Cito alguns autores com seus respectivos trabalhos, essenciais para entendermos a cultura tapuia no período a que nos propomos estudar: Maria Idalina da Cruz Pires (Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial), Manuela Carneiro da Cunha (História dos índios do Brasil), José Maurício Andion Arruti (Morte e vida do Nordeste indígena), João Pacheco de Oliveira (A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena), Ricardo Pinto de Medeiros (povos indígenas do sertão nordestino no período colonial), Aziz Nacib Ab'Saber (Incursões a pré-história da América Tropical), Anne Marie Pessis (Imagem da Pré-História), Jean-Marie Pessez (História da cultura material), Marshall Sahlins (ilhas da História), John-Manuel Monteiro (Armas e armadilhas – história e resistência dos índios), Eduardo Géos Neves (Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil), Maria Sylvia Porto Alegre (Quatro desafios e um dilema da história indígena), Daniel Defert (Colônias perdidas, mundos a descobrir), Robert J.

Braindwood (Homens pré-históricos), dentre outras, são importantes referências que abordam a questão da análise indígena no passado e atualmente de forma interdisciplinar, pois conseguem envolver a arqueologia no resgate material índio do pré e pós-contato e serão fontes de pesquisa literária e arqueológicas essenciais que contribuirão com nossas pesquisas, elucidando ou não as hipóteses levantadas.

5. METODOLOGIA:

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com técnicas de escavação arqueológica, mais precisamente com técnicas de sondagens por trincheiras, que vem sendo realizada em locais pré-determinados, após uma avaliação do terreno nas áreas citadas pela literatura como território dos agrupamentos culturais em questão, em especial aqueles locais em que os índios foram reduzidos pelos colonizadores; como também análise da literatura e documentação diversa existente que enfoca nossa temática. Dessa forma, poderemos perceber se houve ou não interferência européia em sua cultura.

Este trabalho conta com a bibliografia existente para auxiliar a identificação dos vestígios materiais destes dois grupos étnicos; fazendo-se o resgate documental dos tapuias Cariri e Tarairiú dos sertões da Paraíba e buscando identificar os horizontes culturais desses dois povos distintos. Chamamos de horizonte cultural os traços materiais capazes de identificá-los, tais como utensílios domésticos (principalmente cerâmica – perfil técnico), material lítico, adornos corporais, armas, costumes etc., que sirvam para distingui-los ou não culturalmente enquanto grupos diferentes. Para esta caracterização, será feita uma análise comparativa do material coletado nas sondagens, como também com materiais provenientes de outros sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. As atividades são constituídas de quatro etapas: 1. Desenvolvimento das atividades arqueológicas; 2. Levantamentos dos dados primários (institucionais e bibliográficos); 3. Re-análise dos parâmetros classificatórios para definição de grupos índios; 4. Tratamento e contraste dos dados coletados.

6. PRIMEIROS RESULTADOS:

Até o momento dois sítios arqueológicos que representam a cultura Cariri foram escavados, sendo um no município de São João do Cariri (Furna dos Ossos) e outro no município de São João do Tigre (Sítio Pinturas). O material arqueológico coletado vem sendo analisado em vários laboratórios (odontologia, anatomia, química e arqueologia, todos da UEPB), demonstrando ser a atividade arqueológica interdisciplinar.

Já identificamos materiais arqueológicos que, em contraponto com os relatos literários, aferem para a presença dos índios Cariri nos sertões (interior) da Paraíba, bem como, alguns traços de sua cultura material, capaz de os identifica-los como grupo humano distinto de outros grupos: cerâmica, levando-nos a conjecturar terem sido horticultores, além de caçadores/coletores; utilização de fibras vegetais (trançados) de Caroá com objetivos diversos; práticas rituais fúnebres complexas, com sepultamentos acompanhados de enxovais fúnebres.

Com relação ao grupo étnico Tarairiú, as informações são imprecisas, pois dispomos apenas dos relatos literários, já que as atividades arqueológicas estão em processo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1977.

BORGES, José Elias. **Índios paraibanos: classificação preliminar**. In.: **MELO, José O. A. (Org). Paraíba: história, patrimônio e povo**. João Pessoa: Grafset, 1993.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento** – a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CASTRO, Julierme de Abreu e. **Os brasileiros antes de Cabral**. Rio de Janeiro: Record, 1970.

CLEROT, Leon. **Distribuição dos grupos indígenas**. In.: Atlas Geográfico da Paraíba. João Pessoa: Imprensa Universitária – UFPB, 1969.

COSTA, Angyone. **Introdução a arqueologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). 2ª ed. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FREITAS, Eugênio. **Índios do Ceará**. Disponível em: <http://www.geocities.com/eugeniofreitas.geo/indios.html>. Acesso em: 12 Out. 2003.

HECKMANS, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Vol 8, nº 47, Recife, 1985.

JACUPÈ, K. W. **A terra dos mil povos: história indígena contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Reinópolis, 1998.

- JOFFILY, Irenêo. 2ª ed. **Notas sobre a Parhyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário nos Cariris velhos da Paraíba: Memória cultural e natureza no cerimonial da vida**. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 1999.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1980.
- MARTIN, Gabriela. As pinturas rupestres do sítio Alcabaça, Buique-PE, no contexto da tradição Agreste. **Revista Clio – Arqueológica**. Nº 18, vol. i. Recife: UFPE, 2005.
- MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: INL / Ministério da Educação e Saúde, 1950a.
- MENEZES, José Luiz M. A casa de sua excelência, o príncipe João Maurício de Nassau. **Revista Clio – Arqueológica**. Nº 18, vol. 1. Recife: UFPE, 2005.
- MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena história da Paraíba**. UFPB, 1980.
- PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-história**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM/PETROBRÁS, 2003.
- PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- ODILON, Marcos. **Antropofagia, existiu ou não?** 2. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2000.
- SANADA, Yuri; SANADA, Vera. **História e lendas do descobrimento**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- SANTOS, Juvandi de Souza. **Paraíba: da pré-história ao início da colonização**. Campina Grande: JRC, 2006.
- SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 3. Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin. A cerâmica do guarani como símbolo de identidade étnica. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). **Arqueologia histórica missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.